


Arquitetos pioneiros na construção do estado de Roraima: décadas de 1980 e 1990


Arquitectos pioneros en la construcción del estado de Roraima: décadas de 1980 y 1990

Pioneer architects in the construction of the state of Roraima: decades of 1980 and 1990


Angélica P. Triani

Graduanda no curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Roraima - UFRR
E-mail: angelicatriani@outlook.com  orcid.org/0000-0001-9739-1172

Ohana P. Silva

Graduanda no curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Roraima - UFRR
E-mail: ohanapereira96@gmail.com  orcid.org/0000-0003-0501-4658

Paulina O. Ramalho

Mestre em Preservação do Patrimônio Cultural (2012). Docente no curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Roraima – UFRR. Coordenadora do Laboratório de História da Arquitetura e do Urbanismo
E-mail: paulina.ramalho@ufr.br  orcid.org/0000-0002-4125-7246

RESUMO

Este artigo tem por objetivo evidenciar a importância dos arquitetos pioneiros de Roraima, que foram responsáveis pela consolidação da estrutura dos órgãos técnicos no surgimento do estado e que contribuíram para a imagem da arquitetura local, entre o final da década de 1980 e ao longo da década de 1990. Inseridos num segundo momento de influxo desenvolvimentista, estes arquitetos se destacaram pela coordenação e autoria de obras modernas que serviram de alicerce infraestrutural e arranque para o desenvolvimento socioeconômico roraimense, especialmente na década de 1990, com destaque às obras arquitetônicas dos edifícios institucionais, que constituíram um conjunto arquitetônico simbólico para a capital. A necessidade desse registro deve-se à escassez de documentação histórica desse período importante, sendo necessário o registro dessas contribuições, cujas fontes foram pesquisas bibliográficas e análises documentais, como entrevistas com os profissionais da época e registros fotográficos. Desse modo, o trabalho visa destacar como se deu o processo da Arquitetura Moderna tardia em Roraima nesse período, assim como o papel dos arquitetos dos órgãos públicos de infraestrutura como precursores na construção e consolidação do, então, novo estado brasileiro.

Palavras-chave: Arquitetura Moderna; Roraima; Arquitetos pioneiros; Década de 1980-1990.

RESUMEN

Este artículo pretende destacar la importancia de los arquitectos pioneros de Roraima, que fueron los encargados de consolidar la estructura de los órganos técnicos en la emergencia del estado y que contribuyeron a la imagen de la arquitectura local, entre el final de la década de 1980 y más de la década de 1990. Insertados en un segundo momento de afluencia de desarrollo, estos arquitectos destacaron por la coordinación y autoría de las obras modernas que sirvieron de base para la infraestructura y puesta en marcha del desarrollo socio-económico de Roraima, especialmente en 1990, con énfasis en las obras arquitectónicas de los edificios institucionales, constituyendo un conjunto arquitectónico simbólico para el Capital. La necesidad de este registro se debe a la escasez de documentación histórica de este importante período, y es necesario registrar estas aportaciones, cuyas fuentes fueron la investigación bibliográfica y el análisis documental, como entrevistas con los profesionales del tiempo y los registros fotográficos. De este modo, el trabajo pretende destacar cómo se dio el proceso de la arquitectura moderna tardía en Roraima en este período, así como el papel de los arquitectos de las agencias de infraestructura pública como precursores en la construcción y consolidación del nuevo estado brasileño.

Palabras clave: Arquitectura moderna; Roraima; Arquitectos pioneros; Década de 1980-1990.

ABSTRACT

This article aims to highlight the importance of the pioneer architects of Roraima, who were responsible for consolidating the structure of the technical organs in the emergence of the State and which contributed to the image of the local architecture, between the end of decade of 1980 and over the decade of 1990. Inserted in a second moment of developmental influx, these architects stood out for the coordination and authorship of modern works that served as an infrastructure foundation and start-up for Roraima socio-economic development, especially in the 1990, with emphasis on the architectural works of the institutional buildings, constituting a symbolic architectural set for the capital. The need for this record is due to the shortage of historical documentation of this important period, and it is necessary to register these contributions, whose sources were bibliographic research and documentary analysis, as interviews with the professionals of the time and photographic records. In this way, the work aims to highlight how the process of late modern architecture in Roraima was given in this period, as well as the role of the architects of the public infrastructure agencies as precursors in the construction and consolidation of the new state Brazilian.

Keywords: Modern architecture; Roraima; Pioneer Architects; The 1980-1990.

Introdução

O presente trabalho tem por finalidade descrever o processo de consolidação de Roraima, com ressaltado na contribuição dos arquitetos pioneiros na formação do novo estado, datado entre a década de 1980 e 1990, bem como a caracterização de uma identidade para a arquitetura roraimense. Em decorrência do massivo investimento do governo na construção de obras de infraestrutura, diversos arquitetos realizaram edifícios públicos no estado. Por se tratar de uma ampla equipe de profissionais, a diversidade de linguagens tornou-se um elemento presente nas edificações locais, conferindo à produção caráter multicultural.

Ao longo do artigo, serão analisados os seguintes tópicos a fim de explanar de forma cronológica a formação do estado de Roraima e a atuação dos arquitetos nesse processo: Roraima: processos de controle e ocupação, que aborda todo o contexto histórico do estado, desde a chegada dos primeiros ocupantes da área; A criação do Território Federal do Rio Branco, que fala sobre o processo de consolidação do lugar; Arquitetos pioneiros, faz uma breve apresentação dos principais arquitetos envolvidos nesse processo, e por fim Arquitetura Roraimense na década

de 1990, que nos traz a atuação destes arquitetos na formação do estado.

Dessa forma, a principal ênfase deste estudo é destacar como se deu o processo da Arquitetura Moderna, ainda que tardia, em Roraima - sob análise do seu contexto histórico e social que provocaram influências diretas ou indiretas na linguagem estética do período. Assim como o papel dos arquitetos como precursores na construção e consolidação de Roraima.

Roraima: processos de controle e ocupação

Roraima, um dos estados mais novos da federação brasileira, foi criado pela Constituição de 1988. No entanto, o processo de ocupação desta porção do território nacional remonta, efetivamente, ao século XVIII com a construção de um forte, denominado São Joaquim.

A ocupação da Amazônia pela coroa portuguesa apresentou um viés estratégico-militar que objetivava garantir sua posse. Nesse sentido, Portugal utilizou estratégias a partir de diretrizes geopolíticas, como o princípio do *uti possidetis*, que remonta ao direito romano. Assim, destaca-se a construção de fortalezas em

pontos considerados essenciais para o controle da região, com o Forte do Presépio em 1616 (CASTRO, SOUZA, 2006). Embora apresentassem pequeno porte e fossem edificadas com materiais pouco resistentes, essas fortalezas funcionaram no plano ideológico e como vestígio material da presença portuguesa (GOMES FILHO, 2008).

No então denominado vale do rio Branco, a coroa também desenvolveu medidas que lhes propiciaram seu controle. A primeira menção a este rio consta nas crônicas do jesuíta Christobal de Acunã, que acompanhava a viagem de Pedro Teixeira de Belém a Quito, entre os anos de 1637 e 1639. Com o intuito de referendar o direito de Portugal sobre a área, Ribeiro de Sampaio (1850) nos informa que o conhecimento total desse rio e do seu vale foi obtido em 1670-71, concomitantemente ao reconhecimento do rio Negro. Mas, documentos mais confiáveis sobre o rio Branco datam do século XVIII, aumentando de volume durante a expansão oficial das tropas de resgate na década de 1730 (FARAGE, 1991). As referidas tropas visavam abastecer o mercado de Belém e Manaus com mão de obra escrava indígena.

No contexto em questão também estava presente o discurso da necessidade de contenção das invasões estrangeiras, que será constante na história da região. De fato, os holandeses mantiveram um ativo comércio de manufaturados com os indígenas do rio Negro e, após seu declínio, o transferem para o rio Branco (DREYFUS, 1993). Como resposta a presença holandesa, a Carta Régia de 14.11.1752 ordenou a construção de uma fortaleza às margens do rio que, por motivos econômicos, foi adiada (OLIVEIRA, 2003). No que se refere aos espanhóis, os portugueses acreditavam que a cordilheira localizada ao norte do vale do rio Branco e sua distância das povoações espanholas do Orinoco configuravam uma defesa natural para suas possessões. Este pensamento mostrou-se equivocado quando, em 1775, o desertor holandês Gervásio Leclerc chega a Barcelos, capital da capitania de São José do Rio Negro, através do rio Branco e informa sobre a ocupação dos espanhóis no vale do rio Branco (FARAGE, 1991).

A presença factual dos espanhóis demandou ações dos portugueses como o envio, em 3 de outubro de 1775, de uma expedição ao rio Branco sob o comando do Capitão Phelippe Frederico Sturm. Os espanhóis não opuseram grande re-

sistência à expedição, abandonando a região. Por outro lado, Sturm tornou-se o responsável pela construção de uma fortaleza e da fundação dos primeiros aldeamentos no vale do rio (SAMPAIO, 1850). Esta fortaleza, da qual Sturm foi o primeiro comandante, foi locada na margem esquerda do rio Tacutu, em seu ponto de junção com o Uraricoera, local considerado estratégico para a vigilância e controle da região (GOMES FILHO, 2008; BARBOSA, 1993).

Para a consecução da fortificação, denominada São Joaquim, foi utilizada mão de obra indígena (FARAGE, 1991) e materiais locais, como pedra vermelha e barro no lugar de argamassa. Lobo D'Almada, funcionário do governo colonial, relata em sua viagem ao rio Branco em 1787 que:

A fortificação que temos no rio Branco, se reduz a um forte de campanha dos mais pequenos [...] O forte é construído de pedra e barro. Pela sua muita estreiteza não tem fogo de apoio e protecção. Os terraplenos incapazes pela sua muita pequenez para n'elles manobrar a artilharia; que consta de doze peças de ferro do calibre de seis até uma quarta. Os parapeitos formados de pedra e barro improprios para cobrirem os de-

fensores. Nem uma rampa por onde marche uma peça de artilharia (1949, p. 181).

Do ponto de vista de sua estrutura, o forte não era uma grande obra de engenharia, mas desempenhou o papel de agente administrativo português no vale do rio Branco. Paralelamente ao seu desenvolvimento, foram instituídos aldeamentos indígenas como mecanismos do princípio *uti possidetis*¹ e da política do Diretório Pombalino (FARAGE, 1991; VIEIRA, 2007).

Os primeiros aldeamentos do vale do rio Branco, em número de 5 foram: Nossa Senhora do Carmo, Santa Isabel e Santa Bárbara no próprio rio Branco; São Felipe, no Tacutu; e Nossa Senhora da Conceição, no Uraricoera. Esses aldeamentos ficavam sob o controle de militares subordinados ao comandante do Forte São Joaquim (OLIVEIRA, 2003).

Como atesta Farage (1991), os aldeamentos visavam formar uma barreira humana contra as invasões e, para tanto, a atração dos indígenas para estes estabelecimentos era um imperativo, sendo usado para este fim desde alianças, rivalidades e pro-

1 Segundo esse princípio, quem possui de fato, deve ter seu direito garantido sobre o território em questão.

messas, como a violência. Mas, essa política mostrou-se ineficaz, principalmente após grandes revoltas ocorridas em 1780 e 1790. As tentativas posteriores de constituir aldeamentos não apresentaram o mesmo vigor. Desse modo:

a construção do Forte São Joaquim, como estratégia militar de ocupação, e os aldeamentos não foram suficientes para formar e consolidar um núcleo populacional consistente no extremo norte da colônia. Por outro lado, podemos também afirmar que os Diretórios que teriam a responsabilidade de formar comunidades agrícolas estáveis com perspectivas de dificultar a penetração estrangeira não teriam se concretizado. Fortificações e Diretórios foram projetos que fracassaram na tentativa de assegurar e povoar o Rio Branco (2007, p. 28-29).

O fracasso dos aldeamentos, contudo, não pôs um fim à determinação portuguesa de ocupar a região. No final do século XVIII a pecuária surge como um projeto oficial de criação de uma base econômica para propiciar a ocupação e povoamento do vale. Assim, foram criadas as Fazendas do Rei, que compreendiam São Bento; São José (instalada próximo ao Forte São Joaquim) e São Marcos (instalada ao norte do vale, entre os rios Uraricoera e Tacutu) (OLIVEIRA, 2003; GOMES

FILHO, 2008 ; SANTILLI, 1994). No entanto, a pecuária ganhou relevância apenas no final do século XIX.

No contexto da pecuária, a fazenda de gado particular denominada Boa Vista, fundada em meados de 1830 e localizada à margem direita do rio Branco, surge como o embrião da cidade de Boa Vista. Em 1850 o povoamento do entorno da fazenda foi elevado à condição de Freguesia de Nossa Senhora do Carmo e, em 1890, ascende ao status de vila do recém-criado município de Boa Vista. Apenas em 27 de agosto de 1926 a então Vila de Boa Vista obteve o foro de cidade.

A criação do Território Federal do Rio Branco

A criação do Território Federal do Rio Branco em 13 de setembro de 1943, através do Decreto-Lei n.º 5.812, posteriormente retificado pelo de n.º 5.839, de 21 do mesmo mês e ano, não pode ser desassociada da política desenvolvimentista do governo estadonovista, conjugada a doutrina da Segurança Nacional. Nesse contexto a Amazônia foi entendida como fronteira a ser protegida e ocupada através de projetos de colonização, incremento econômico e construção de infraestrutura, sob a égide do Estado (D'ACAMPORA,

2002). Para tanto foi criado um aparato técnico e administrativo estatal, que incluía bancos, colônias agrícolas, instituto de pesquisa, dentre outros.

Embora tenham sido efetivadas no Estado Novo, as discussões que visavam conceber unidades administrativas ligadas diretamente ao poder central são anteriores ao governo Vargas. Porém, a Constituição de 1937 forneceu o respaldo necessário ao atribuir à União o poder de instituir Territórios ao desmembrar estados em nome da segurança nacional que, nesse sentido, cobria um grande espectro de significados, como proteção de fronteiras, baixo índice populacional e desequilíbrios regionais e políticos (FREITAS, 1996).

Com a efetivação de territórios cabia ao poder central realizar investimentos que propiciassem o seu desenvolvimento econômico e social, de modo a viabilizar sua ascensão a estado. Desse modo, conforme Temer:

a tendência natural é levar aquela porção territorial a tal desenvolvimento que possa atingir a condição de estado federado. O art. 3º da Constituição Federal admite a criação de estados. Pois uma das formas de criação é a elevação do Território a tal

condição. E sempre foi assim, desde 1934, havendo já se verificado essa elevação [caso do Acre] (1976, p. 74-75). (Sem grifo no original).

No caso específico do Território Federal do Rio Branco, posteriormente denominado Território Federal de Roraima, o governo federal empreendeu projetos de colonização e implementação de sua infraestrutura. As obras foram realizadas em todo o Território, mas se concentraram principalmente na capital Boa Vista. Assim, o Estado intervinha, novamente, diretamente nessa porção da Amazônia, modificando seu espaço. Durante este período foram construídos um matadouro modelo, uma praça, depósitos, escolas, um conjunto habitacional, dentre outros. Isto é, o Estado produzia o espaço (CORRÊA, 1995), dotando-o dos meios para sua reprodução.

Destacamos, ainda, a execução de um plano urbanístico que modificou a paisagem da pequena cidade de, aproximadamente, 2.000 habitantes. Esse traçado, radiocêntrico foi elaborado pelo engenheiro Darcy Aleixo Derenusson em 1994 e empreendido pela Firma Riobras a partir de 1946. O centro do plano compõe-se de uma ampla praça da qual partem largas avenidas, na qual foram alocados os po-

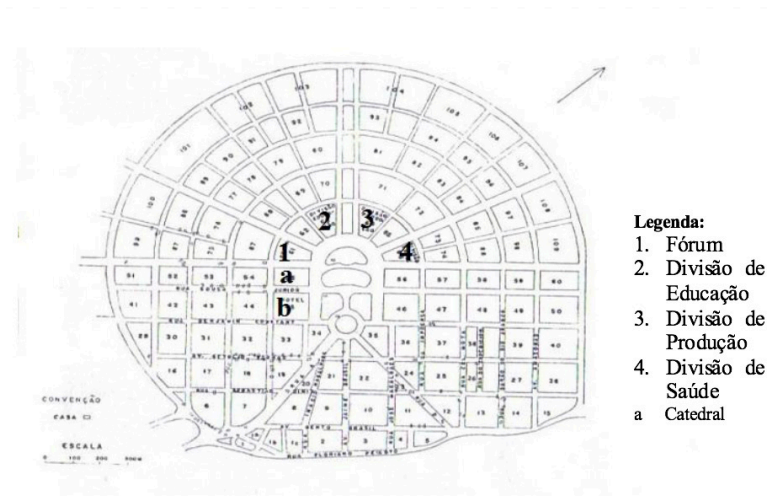


Figura 1 - Plano Urbanístico de Boa Vista.
Fonte: Guerra, 1957.

deres legislativo, judiciário e executivo (Figura 1).

As quadras adjacentes a grande praça foram reservadas para a edificação da catedral da cidade, de um hotel e das sedes das divisões administrativas. Mas, este não foi o único espaço que recebeu novas construções. Na verdade, podemos afirmar, através dos documentos analisados, que Boa Vista era um canteiro de obras que delineavam um perfil diferenciado do anterior. Neste período foi inserido, a partir de edifícios públicos e algumas residências, a linguagem protomoderna neocolonial e traços que remetiam ao *Art Decó*.

Afora o engenheiro Derenusson e uma menção ao nome de Donato Melo Júnior, não dispomos de informações acerca dos demais profissionais que atuaram no Ter-

ritório durante sua fase inicial de implantação. Sabemos, no entanto, que para a realização das obras foram contratados operários de Manaus, São Paulo e Rio de Janeiro². Muitos desses trabalhadores continuaram na região e contribuíram para a sua dinâmica na área da construção civil, quer com novas práticas construtivas, quer com o conhecimento acerca de novos materiais.

As mudanças empreendidas na paisagem de Boa Vista reforçaram o discurso modernizador empreendido pelo governo, construindo uma imagem da cidade como dinâmica e moderna, que perdura até a atualidade (RAMALHO, 2012). Infelizmente, questões políticas, como a constante troca de governadores, e econômicas, com a diminuição das verbas para os territórios, atrasaram a construção da infraestrutura do Rio Branco, com obras sendo paralisadas ou interrompidas.

Uma atuação mais sistemática ocorrerá a partir do final da década de 1960, resultante do incremento da política do governo federal para a Amazônia. Para fomentar o desenvolvimento da região foram criados decretos que organizaram

² Segundo esse princípio, quem possui de fato, deve ter seu direito garantido sobre o território em questão.



o Grupo de Trabalho voltado para estimular Projetos de Integração, concessão de isenção fiscal e ampliação de recursos para os territórios, dentre outros (SOUZA, VIEIRA, 2009). O Território Federal de Roraima³ também foi beneficiado com essa conjuntura, incrementando, consideravelmente, sua infraestrutura, em especial nos governos do tenente coronel Hélio da Costa Campos (1967-69/1970-74).

Como apontam Souza e Vieira (2009), em 1969 o aspecto do Território diferia dos anos anteriores, com obras sendo construídas em ritmo acelerado. Essas obras incluíam edificações para diferentes finalidades, destacando-se estações de radiocomunicações, a cadeia pública e quarenta casas de apoio administrativo (CANDIDO, 2015). No centro cívico da cidade de Boa Vista foram finalizados ou iniciados edifícios públicos, entre os quais o Palácio 31 de maio, sede do gover-

Figura 2 - Praça do Centro Cívico na década de 1970.
Fonte: Acervo da Divisão de Patrimônio Histórico do estado de Roraima.

³ Em 1962 a Lei n° 4.182, de 13 de dezembro, modificou o nome do Território para Território Federal de Roraima em razão dos equívocos cometidos devido à coincidência toponímica com a cidade de Rio Branco, capital do Acre.

no e atual Palácio Senador Hélio Campos (Figura 2), o Banco de Roraima e o Palácio da Cultura (SILVA, 2015), até o presente momento de autoria desconhecida. Além destas, outras edificações foram construídas, públicas e privadas, e são referências para a arquitetura moderna roraimense, como a Catedral Cristo Redentor, projetada pelo Padre e Engenheiro italiano Mário Fiameni, as obras de Severiano Mário Vieira de Magalhães Porto (Uberlândia/MG, 1928), como a escola Estadual Gonçalves Dias, e Sérgio Wladimir Bernardes (Rio de Janeiro, 1919-2002), como a Prefeitura de Caracarái, município do centro-sul do estado de Roraima.

Após o mandato de Hélio Campos, assumiu o poder o coronel-aviador Fernando Ramos Pereira (1974-79). Este governador inaugurou obras que haviam sido iniciadas no governo do seu antecessor, como o Estádio Canarinho e a Ponte dos Macuxi, de autorias desconhecidas, e efetuou outras.

As mudanças na infraestrutura do Território, conjugadas a implementação da máquina administrativa, como apontado anteriormente, faziam parte de uma

política oficial da União, que empreendeu medidas para concretizá-la. O Decreto-Lei nº. 411 de 8 de janeiro de 1969, por exemplo, ampliou os recursos dos territórios e dispõe sobre suas estruturas administrativas, dotando-lhes de maior autonomia. O referido decreto, em seu Art. 2º, ainda expressa que:

Art. 2º - que a União administrará os Territórios tendo em vista os seguintes objetivos: I - desenvolvimento econômico, social, político e administrativo, visando à criação de condições que possibilitem a sua ascensão à categoria de estado (BRASIL, 08.01.1969)

Possibilitar a ascensão dos Territórios à condição de estados fez parte dos discursos desde as suas criações. Roraima foi transformado em estado pela Constituição Federal de 1988, em seu parágrafo primeiro do artigo 14 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT). O primeiro governador deste novo período foi eleito em 1990 e assumiu em 1991, a saber, o Brigadeiro Otomar de Sousa Pinto⁴. Com este contexto, iniciou uma nova fase na história de Roraima, que repercutirá em sua produção arquitetônica.

4 Otomar de Sousa Pinto governou Roraima quatro vezes (1979-83; 1991-94; 2004-2006 e 2006-2007).

Arquitetos pioneiros

Antes de ser elevado à categoria de Unidade Federal, Roraima já contava com alguns arquitetos responsáveis pelas primeiras obras na década de 1980. Projetos como o de Otacílio Teixeira Lima Neto (Fortaleza, 1946-2013) para o Parque Anauá marcaram no período uma arquitetura regionalista, na qual “a característica marcante é a tentativa de aplicar elementos locais de maneira nova e diferente, sem associações sentimentais” (VOORDT; WEGEN, 2013, p.45). Isso se deu por meio da utilização da madeira acariquara, típica da Amazônia e de notável qualidade estrutural, que compôs uma linguagem remetente às construções indígenas da região.

Em Caracará faz-se presente a linguagem arquitetônica de Sérgio Wladimir Bernardes na qual são estudadas as hipóteses de seu traçado urbano e arquitetônico decagonal e octogonal na cidade, atribuindo-lhe principalmente a autoria do projeto da Prefeitura Municipal de Caracará (NASCIMENTO; RAMALHO; FURO; OLIVEIRA, 2018). Embora não existam registros documentais, até o momento, de sua passagem pelo estado de Roraima, torna-se cada vez mais discutida a atuação desse arquiteto no desenvolvimento

regional da Amazônia durante a década de 1970. Elementos como aproveitamento de recursos hídricos, traçado arquitetônico poligonal, concreto aparente e integração do edifício com a paisagem reforçam a linguagem de Bernardes na região em estudo.

Outro profissional que se destacou pela arquitetura adaptada à região Amazônica foi Severiano Porto, o qual atuou como autor de diversos projetos na capital Boa Vista. Dentre eles, pode-se citar: Fórum Advogado Sobral Pinto, Escola Estadual Oswaldo Cruz, Praça da Bandeira, Conjunto dos Executivos, Escola Estadual Gonçalves Dias, Rodoviária Internacional – José Amador de Oliveira e outros (NASCIMENTO; MELO; ROCHA, 2018). A maioria dessas obras se distribuem na zona central da cidade, na qual foram implementadas políticas sociais desenvolvimentistas durante o período de Território como também o de estado, concentrando os poderes públicos municipal, estadual e federal no núcleo urbano.

“A identificação das obras de Severiano Porto deveu-se, inicialmente, do testemunho daqueles arquitetos pioneiros que vivenciaram o processo, ao qual vemos referência a arquiteta Maria Per-

pétua Barbosa e ao arquiteto Pedro de Souza Fernandes” (NASCIMENTO; MELO; ROCHA, 2018, p. 7). Estes foram pioneiros nas obras realizadas em Roraima quanto à categoria de unidade federativa, enquanto que Severiano, Sérgio e Otacílio foram pioneiros durante o período em que a região se categorizava como Território Federal.

Foi após a promulgação da Constituição Federal de 1988 que o então governador Ottomar de Sousa Pinto trouxe para o território profissionais de diversas áreas, responsáveis por contribuir na construção de um novo estado brasileiro. Dentre eles, destacaram-se na década de 1990 arquitetos como Maria do Perpétuo Socorro Barbosa⁵, mais conhecida como Perpétua, Maxbell Correa Cabral, Omar Xaud Araújo⁶, Otília Natália Pinto e Antero Correa de Sá Neto. Estes foram alguns dos nomes que compuseram a equipe de projetistas da antiga Secretaria de Obras e Serviços Públicos – SOSP, encarregada das principais obras de infraestrutura desenvolvidas para a estruturação de Roraima.

Profissionais como Perpétua, Otília e Antero vivenciaram a graduação no Rio de Janeiro e acompanharam de perto as mudanças no pensar arquitetônico da época, bem como Omar vivenciou as transformações na região nordeste do país. A vivência de cada um deles, a se citar como exemplo a de Perpétua, que teve aulas com renomados arquitetos brasileiros, como Oscar Niemeyer e Burle Marx, conferiu uma bagagem profissional diversificada em estilos e expressões arquitetônicas até então incomuns nas obras públicas de Roraima.

O urbanismo também foi vivenciado, a exemplo do arquiteto Omar, que durante um estágio teve a oportunidade de trabalhar numa equipe multidisciplinar na erradicação da favela dos Alagados. A área correspondia a manguezais e alagadiços na capital serrotropolitana, na enseada dos Tainheiros. Por apresentar historicamente ocupação irregular e alta degradação urbana e ambiental, em 1973 foi pensada a realização de um Plano Urbanístico para a região, sendo executado por Alagados Melhoramentos S.A (Ame-sa), na qual Omar trabalhava. Sua função consistia na elaboração de projetos para

5 Joaíma-MG, 1953. Graduada em Arquitetura pela Escola Nacional de Belas Artes, no Rio de Janeiro, em 1979.

6 Rio de Janeiro, 1958. Graduado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), em 1986.

melhoramento de pequenas casas populares, ao mesmo tempo que acompanhava a equipe multidisciplinar no desenvolvimento da inserção social da população local.

A experiência profissional adquirida por esse grupo de arquitetos nos seus primeiros anos de atuação em outros estados possibilitou a inserção e mesclagem de diferentes aprendizados na concepção da arquitetura em Roraima enquanto estado. Segundo relatos de Omar, ele era responsável pela coordenação da Divisão de Estudos e Projetos – DEP, na qual distribuía os projetos a serem desenvolvidos por seus colegas. Já os demais se responsabilizaram e se diferenciaram pelos projetos que desenvolveram, nos quais expressaram linguagens arquitetônicas características de cada bagagem profissional.

Essa diversidade de estilos da equipe técnica proporcionou a construção de uma nova identidade para a arquitetura roraimense. A produção anterior era reconhecida, de acordo com os arquitetos pioneiros, por projetos padrões e pela escassez de material. Contudo, a necessidade de desenvolvimento do novo ente federativo motivou a busca por novos recursos para os projetos realizados pela SOSP.

Isso possibilitou a inserção de materiais como o concreto e o aço nas produções de 1990, transportados, em sua maioria, do estado de São Paulo ou do Amazonas, com o novo pólo comercial que se desenvolvia em Manaus.

Porém, mesmo com o advento de materiais inéditos para a região, é válido ressaltar que a chegada dos mesmos no estado não era fácil e ágil. A equipe aqui já citada, advinda de outras localidades, sentiu o impacto da diferença de se trabalhar na região Amazônica diante das dificuldades que lhe eram atribuídas. Além disso, a pressa do governo em edificar o maior número de obras públicas possíveis confrontava o processo criativo dos arquitetos que, muitas vezes, se viam obrigados a seguir modelos de construção determinados pelo poder.

Esse período marcou o início de um acelerado processo na construção civil em Roraima, no qual diversas obras foram realizadas num curto espaço de tempo. Esse imediatismo caracterizou uma arquitetura de edifícios públicos que buscavam obter uma eficiência funcional. Assim, “a forma e a disposição da edificação têm de dar apoio eficaz e eficiente às atividades que ela abriga” (VOORDT; WEGEN, 2013, p. 22).

Figura 4 - Palácio do Governo nas décadas de 1970 e 2000.

Fonte: Laboratório de História da Arquitetura e do Urbanismo da UFRR e Google Earth, respectivamente.



Contudo, as diferenças entre os arquitetos pioneiros e o trabalho em grupo proporcionou a essas obras funcionalistas características plásticas que fazem da produção roraimense uma mescla. A experiência profissional desses arquitetos, que vieram de outros estados e que já haviam vivenciado as criações modernas de outras regiões, contribuiu para a transposição de uma linguagem arquitetônica que foi adaptada para as necessidades locais da época. A justaposição de características, ora contemporâneas ou ecléticas deram

origem a uma nova fase da arquitetura de Roraima que é proeminente a que permanece até os dias atuais.

Arquitetura Roraimense na década de 1990

Segundo os arquitetos pioneiros entrevistados (Omar, Otília, Perpétua e Antero), os edifícios implantados nesse período em Roraima surgiam conforme as exigências do governo diante das necessidades do território. As edificações pré-

existentes voltadas para a área política se concentravam à volta da Praça do Centro Cívico, da capital Boa Vista, e abarcavam o Palácio do Governo e a Assembleia Legislativa. De acordo com Otilia Pinto, alguns acréscimos de elementos neoclássicos, como um frontão triangular e colunas clássicas, foram implantados no primeiro edifício com o intuito de representar uma imagem histórica do poder. A descaracterização foi maior com o tempo, com a adição de elementos como a pele de vidro (Figura 3).

O modernismo não é uma evolução do tradicional, isto é, dos valores artísticos do passado, mas uma criação integral do nosso tempo. A orientação moderna é construtiva, social e econômica, ao passo que a orientação tradicional era artística, decorativa, simbólica. (SANTOS apud SEGAWA, 2010, p. 78)

Conforme PINTO (2018), tinha-se a intenção de gerar um contraste de representação de épocas na arquitetura política do estado. Enquanto os elementos acadêmicos remetiam à ideia de poder consolidado há longas datas, a arquitetura moderna em Roraima simbolizava uma nova era na gestão governamental. Exemplos como esse fizeram com que a arquitetura roraimense da década de 1990 estivesse estritamente relacionada com a política

local. Como ressalta ZEVI, a maioria dos livros de história da arquitetura relatam a descrição dos monumentos juntamente com os fatos políticos das diferentes épocas, ou até mesmo estabelecem uma estreita dependência entre ambos (ZEVI, 2009).

As obras que foram construídas em seguida marcaram a modernidade tardia de Roraima nos edifícios públicos. Um dos primeiros exemplos disso foram as intervenções realizadas no Parque Anauá após o projeto de Otacílio Teixeira. Autor e vencedor do concurso público promovido durante o primeiro mandato de Otomar Pinto (1979-1983), que visava a realização de um anteprojeto para o Parque nº01/80 (atual Parque Anauá), Otacílio apresentou uma proposta que

intencionava preencher o vazio urbano em termos de opções de lazer, esporte, educação e cultura (LIMA NETO, 1989, p. 116), portanto visualizava o espaço para o projeto como um vazio inscrito em uma malha urbana consolidada e tinha como programa funções e elementos diversos: pórtico de entrada, anfiteatro, estação do bondinho, conjunto de bares, restaurantes, ancoradou-ro/cais, administração, centro cultural, escola de primeiro grau e escola de educação especial. Contava ainda com uma via proposta para o transporte interno por bonde e, de acordo com o projeto, ao longo



Figura 4 - Forródrômo do Parque Anauá
Fonte: Autoras

Figura 5 - Feira do Passarão
Fonte: Google Earth

Figura 6 - Ginásio Totozão
Fonte: Autoras

dessa mesma via todos os serviços seriam localizados. Na seção ocidental foram locadas duas escolas, com acesso independente do circuito interno do Parque (NASCIMENTO; PAZ, 2018).

Com intervenções posteriormente realizadas no Parque, durante a década de 1990, foram adicionados o Forródrômo, o Ginásio Poliesportivo Vicente Ítalo Feola, popularmente conhecido como Totozão, o Parque Aquático e a Praça Interativa. Em entrevista com a arquiteta Otilia Pinto, ela conta que para a concretização dessas obras foram necessárias diversas viagens para outras localidades em busca de informações, referências e materiais, uma vez que os mesmos eram escassos em Roraima.

Foi por meio dessa procura por novos recursos que se introduziu a utilização do concreto e aço, sendo o aço, amplamente explorado nas obras do Forródrômo e Totozão. O Forródrômo consiste em um palco com cobertura em forma estrelar, sustentado por uma estrutura metálica de treliças espaciais, sob o intuito de representar o slogan político do período “Nossa terra, nossa estrela” (Figura 4). Ademais, outra estrutura de sistema construtivo semelhante ao Forródrômo foi a elaborada por Maxbell Correa para a feira do Passarão, em Boa Vista (Figura 5).

A possibilidade de novas formas por meio da exploração das qualidades estruturais foi introduzida a linguagem do aço na arquitetura roraimense. Segundo Otilia,

para a construção do Forródrogo foram necessários diversos estudos realizados por uma equipe técnica de São Paulo, que analisaram as condições climáticas como o vento e as características do material escolhido, a fim de propor, junto aos arquitetos envolvidos no projeto, a melhor configuração estrutural para que o espaço obtivesse uma extensa área coberta sem o uso demasiado de apoios, para não interferir na funcionalidade do ambiente.

O Totozão apresenta sistema de cobertura semelhante aos anteriores, e se aproveitou da plasticidade do concreto, uma vez que esse ginásio é pioneiro na utilização de linhas curvas em sua estrutura (Figura 6). Essa condição tornou-se uma característica do Antero de Sá, já que o arquiteto explora a maleabilidade dos materiais nos projetos de sua autoria.

Quando entrevistado, Antero afirmou que a linguagem arquitetônica de seus projetos é primordial, contudo a mesma não se faz sem também considerar um projeto estrutural harmônico com a plasticidade do edifício. No Totozão pode-se notar que os componentes estruturais se encontram em um primeiro plano, sem a preocupação de escondê-los por meio de revestimento. Pelo contrário, o ginásio

apresenta sua “verdade estrutural” e faz dela seu principal elemento.

O esforço para obter *eficiência construtiva* exige que se trate com eficiência os elementos e materiais de construção – por exemplo, não usando mais que o necessário. Sempre que possível, o material é usado de modo a levar em conta as suas propriedades. O impulso de obter eficiência construtiva faz com que a forma seja, em boa medida, determinada pela maneira lógica como se combinam os elementos construtivos, e costuma ser acompanhado pelo impulso de obter “sinceridade construtiva”. (VOORDT; WEGEN, 2013, p. 23-25)

Outro material que foi largamente empregado nas obras desse período foi o vidro, tendo como edifício precursor o Palácio da Cultura (Figura 7). Ademais, o atendimento as normas de acessibilidade em edifícios públicos fez com que Omar Xaud projetasse a inserção de rampas no ingresso principal do Palácio. Considerado pela arquiteta Otilia Perpétua um edifício de caráter contemporâneo e de elementos geométricos bem definidos, essa construção representa um espaço que sedia os principais eventos culturais do estado.

Essa produção arquitetônica gerou consequências no setor construtivo do

estado, e no contexto urbano e social da capital que crescia em ritmo acelerado. A explosão populacional provocada pelo intenso fluxo migratório para a região tornou necessária a realização de obras destinadas a expansão de Boa Vista, que já não pôde mais seguir seu traçado original. Contudo, de acordo com os antigos membros da SOSA, o então governador priorizava por um crescimento minimamente organizado, e para isso efetuou a compra de uma extensa área da Diocese de Roraima, a fim de implantar novos bairros nessa locação.

Dessa maneira surgiram em Roraima importantes conjuntos habitacionais, durante a década de 1990, que deram origem a novos bairros denominados na época como “Pintolândia”, de autoria desconhecida, mas que contou com a

participação dos arquitetos que compunham a SOSA, e que, atualmente, correspondem aos bairros Silvio Botelho, Santa Luzia, Senador Hélio Campos e outros. De acordo com Otilia Pinto, essa ampliação urbana foi marcada por quatro fases:

- 1º fase: compreendeu a formação do Pintolândia I, no qual o governo fornecia todo o material em aço, necessário para a construção de pequenas residências, que eram levantadas pelas próprias famílias sorteadas;
- 2º fase: continuação do Pintolândia com casas pré-fabricadas em peças de madeira trazidas da construção da Hidroelétrica de Balbina no Amazonas, como aproveitamento do material que havia sido utilizado nas construções das moradias da região, no qual serviram como habitações embrionárias para posterior consolidação do bairro;

Figura 7 - Palácio da Cultura Nenê Macaggi
Fonte: Autoras



- 3º fase: mediante comprovação de posse de comércio, o governo cedeu espaços para negociantes locais com o intuito de estabelecer uma área comercial na cidade;
- 4º fase: se destacou pela concessão de terras para os produtores do estado, a fim de instalarem chácaras ou sítios e se responsabilizarem pela plantação de espécies vegetativas.

Percebe-se que a emergência em organizar a expansão da cidade não possibilitou que fosse continuado o planejamento urbano original de Boa Vista, elaborado por Darcy Aleixo Derenusson. Entretanto, houve uma preocupação em setorizar as áreas que foram doadas à população. É passível de consideração que esse momento em Roraima tenha demonstrado, por parte da equipe de arquitetos que atuavam em 1990, referências urbano modernistas disseminadas anteriormente no Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM). Em Sarraz, na Suíça, quando aconteceu a primeira CIAM, foi apresentado um manifesto que propunha

Em relação ao urbanismo, a declaração afirmava que o planejamento das cidades não é determinado pela estética, mas pela função. As funções urbanas deveriam ser agrupadas em habitação, trabalho, transporte e recreação. [...] Em 1933, o CIAM

proclamou a “Carta de Atenas”, na qual os autores declaravam que, no interesse da higiene e da saúde, o urbanismo moderno deveria prover a separação das funções. (VOORDT; WEGEN, 2013, p. 33)

Mesmo diante da tentativa da equipe da SOSP e do governador em promover essa setorização, a cidade se estendeu para o lado oeste de forma tão acelerada e aglomerada que não se pode controlar as invasões e deter o avanço sobre áreas de proteção ambiental. Por se tratar de um organismo vivo diretamente atrelado às ações da população, a expansão da capital se deu numa condição intermediária entre o planejamento urbano de 1990 com a chegada massiva de imigrantes, que transformavam o espaço de acordo com suas necessidades. Isso também provocou o agrupamento de áreas residenciais e comerciais, que deram origem a novos centros com maior concentração urbana e movimentados por atividades rentáveis, que descentralizaram o comércio antes aglutinado no traçado primário da cidade.

Essa ampliação da capital deu margem para a edificação de outros espaços que serviram de base para o atendimento público. Exemplo disso foram as obras realizadas durante a década de 1990 e



Figura 8 - Hemocentro de Roraima
Fonte: Google Earth

início de 2000, principalmente na área da saúde, como o Hemocentro (Figura 8), projetado por Otilia Perpétua, bem como o Centro de Diagnóstico de Imagem – CDI, projetado por Omar Xaud, que também foi responsável pela ampliação da Maternidade Nossa Senhora de Nazaré. Omar reconhece a autoria da Rede de Frios do estado, voltada para o armazenamento de medicações, assim como a reforma do Fórum de Mucajaí e a Agência Transfusional de Roraima.

Considerações finais

Ao analisarmos a história de Roraima percebemos que a produção do seu espaço se relaciona a projetos exógenos às questões locais, tanto no período colo-

nia, como no imperial e republicano. Do mesmo modo, o Estado relaciona-se a consecução de importantes ícones arquitetônicos, desde a construção do Forte São Joaquim até a atualidade. O referido processo se torna mais nítido durante a implementação do Território Federal do Rio Branco, posteriormente Roraima, e do estado de Roraima. Esses marcos históricos, além da criação do quadro político-administrativo, relacionam-se a efetivação de mudanças no panorama arquitetônico roraimense, tanto através da adoção de novas técnicas e materiais, como na introdução de linguagens e referências estéticas do campo da arquitetura.

No mesmo sentido, foi através de ações estatais que arquitetos oriundos de realidades diferentes aportaram em solo roraimense, contribuindo para a diversificação das propostas arquitetônicas. Assim, a arquitetura em Roraima, sobretudo a produzida na década de 1990, foi marcada pela junção de repertório da bagagem profissional de cada arquiteto que colaborou na estruturação da nova unidade da federação brasileira. Contemporâneos do período moderno no Brasil, não há como renegar a bagagem moderna nos projetos que realizavam.

Às suas experiências somavam-se as necessidades de uma população e as exigências de um governo que se caracterizou por ser o principal mecenas da produção arquitetônica do período. As construções que surgiam, em ritmo acelerado, representavam também um grupo de indivíduos, um lugar e uma época específica. Contudo, “por mais compulsórias que sejam as exigências técnicas, ainda há uma margem de liberdade suficiente para mostrar a personalidade do criador da obra” (VOORDT; WEGEN, 2013, p. 27).

Além de transmitir significados da época, os arquitetos se preocupavam em contribuir para a criação de uma comunidade na qual todos pudessem se sentir acol-

hidos, tantos os nativos quanto os imigrantes de diversas regiões. Cada um teve seu papel de destaque, seja por meio da gestão de obras ou por meio da criação de projetos que proporcionaram infraestrutura para a educação, saúde, lazer e política de Roraima.

Dessa maneira, a identidade formada para a arquitetura roraimense da década de 1990 é marcada por aspectos multiculturais, com ausência de uma estética uniforme, uma vez que os profissionais da antiga SOSP trouxeram consigo experiências adquiridas de diferentes locais. Por esse motivo, quando transpassavam seus estilos às obras que edificavam, notava-se o aproveitamento tanto de formas orgânicas quanto de sistemas geométricos, aliados à exploração das possibilidades construtivas proporcionadas pelos novos materiais, o que deu origem à uma arquitetura moderna de intrínseco envolvimento com a sociedade.

Referências

- BARROS, Nilson Cortez Crocia de. *Roraima: Paisagens e Tempo na Amazônia Setentrional: estudo de ocupação pioneira na América do Sul*. Recife: Editora Universitária – UFPE, 1995.
- BECKER, Bertha K. Síntese do processo de ocupação da Amazônia: lições do passado e desafios do presente. In: *Brasil, Ministério do Meio Ambiente. Causas e dinâmicas do desmatamento na Amazônia*. Brasília: MMA, 2001.
- CAVALCANTI, José Maria dos Santos Araújo. Recuperação e desenvolvimento do Vale do Rio Branco. 2. ed. Rio de Janeiro: *Jornal do Comércio*, Rodrigues & Cia, 1949.
- CORRÊA, Roberto Lobato. *O espaço urbano*. 3 ed. São Paulo: Ática, 1995 (Série Princípios).
- DERENUSSON, Darci Aleixo. Edição especial (entrevista concedida à jornalista Katia Brasil). *Jornal a Gazeta de Roraima*. Boa Vista, 09 de Julho de 1991.
- EGGERATH, Pedro. *O vale e os índios do Rio Branco*. Rio de Janeiro: Tipografia Universal, 1924.
- FARAGE, Nádia. *As muralhas dos sertões: os povos indígenas no Rio Branco e a colonização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; ANPOCS, 1991.
- FREITAS, Aimberê. *Geografia e História de Roraima*. Manaus: Editora Grafima, 1996.
- _____. *A História Política e Administrativa de Roraima de 1943 a 1985*. Manaus: Editora Umberto Calderaro Ltda, 1993.
- _____. *Políticas públicas e administrativas de territórios federais brasileiros*. Boa Vista: Corprint, 1991.
- GUERRA, Antônio Teixeira. *Estudos Geográficos do território do Rio Branco*. IBGE, Publicação N° 13, 1957.
- GOMES FILHO, Gregório Ferreira. *Forte São Joaquim: De marco da ocupação portuguesa do Vale do rio Branco às batalhas da memória – Século XVIII ao XX*. Boa Vista: 2008. Monografia (Especialização) em História/Universidade Federal de Roraima.
- MACEDO, Inês Rogélia Dantas. *A implantação e a expansão das escolas públicas em Boa Vista na década de quarenta*. 2004. Dissertação (Mestrado). Boa Vista: UFRJ/UFRR, 2004.
- MARTINS, Elisângela. *Memória do regime militar em Roraima*. Manaus: UFAM, 2010. (Dissertação de Mestrado).
- _____. Memórias de disputas e disputas pela memória na praça central de Boa Vista, RR. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*. São Paulo, julho de 2011, p. 01-15.
- NASCIMENTO, Claudia H. C.; MELO, Neiliany B. N. de; ROCHA, Rayele S. da. Explorando a herança arquitetônica de Severiano Mário Porto em Boa Vista, Roraima. In: *III Seminário de Arquitetura Moderna da Amazônia*, 2018, Belém.
- NASCIMENTO, Claudia H. C.; RAMALHO, Paulina O.; FURO, Arleisson F. P.; OLIVEIRA, Leonardo R. Caracará e o olhar de Sérgio Bernardes sobre Roraima. In: *III Seminário de Arquitetura Moderna da Amazônia*, 2018, Belém.
- NASCIMENTO, Claudia H. C.; PAZ, Cibele A. da. Parque Anauá: espaço vivo no coração de Boa Vista/Roraima. *Paisagens Híbridas*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 98-117.
- OLIVEIRA, Reginaldo Gomes de. *A herança dos descaminhos na formação do estado de Roraima*. São Paulo: 2003, USP. (Tese de doutorado).
- OURIQUE, Jacques. *O Valle do Rio Branco: estado do Amazonas – Edição Especial*. 1906.
- PINTO, Otilia Natália. *Arquitetos pioneiros de Roraima*. Entrevista concedida a Angélica Triani, Ohana Pereira e Paulina Onofre Ramalho. Boa Vista, 08 de junho de 2018. Digital de duração de 01h e 07 min.
- RAMALHO, Paulina Onofre. *Lugar de memória: o plano urbanístico de Boa Vista*. 2012. 99 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural), Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2012.
- REVISTA SELVA. *Um espelho da vida brasileira*. N° 13. Ano 1950.
- RICE, Hamilton. *Exploração na Guiana Brasileira (1924-1925)*. Tradução de Lacyr Scbettino. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1978.
- SÁ NETO, Antero. *Arquitetos pioneiros de Roraima*. Entrevista concedida a Angélica Triani, Ohana Pereira e Paulina Onofre Ramalho. Boa Vista, 15 de junho de 2018. Digital de duração de 01h e 17 min.
- SANTOS, Nelvio Paulo Dutra. *Política e poder na Amazônia: o caso de Roraima*. Boa Vista: Editora da UFRR, 2013.
- SEGAWA, Hugo. *Arquiteturas no Brasil 1900-1990*. 3. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.
- SILVA, Amanda Araújo. *O segundo governo Hélio Campos (1970-1974): a política de segurança nacional e desenvolvimento no Território Federal de Roraima*. 2015. 56 f. Monografia (graduação) – Curso de História, Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, 2015.
- SOUZA, Carla Monteiro de; SILVA, Raimunda Gomes (orgs). *Migrantes e migrações em Boa Vista: os bairros Senador Hélio Campos, Raiar do Sol e Cauamé*. Boa Vista: Editora da UFRR, 2006.
- SOUZA, Sônia Suely Soares; VIEIRA, Jaci Guilherme. *Roraima: Território Federal sob o Governo Militar (1964-*

1985). *Textos & Debates*, Boa Vista/RR, v.17, n. 17, p. 65-89, jul./dez. 2009.

VERAS, Antonio Tolrino de Rezende. *A produção do espaço urbano de Boa Vista-Roraima*. Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana. Universidade de São Paulo, 2009. (Tese Doutorado).

VIEIRA, Jaci Guilherme. *Missionários, fazendeiros e índios em Roraima: a disputa pela terra – 1777 a 1980*. 2 ed. revista e ampliada. Boa Vista: Editora da UFRR, 2014.

VOORDT, Theo J. M. van der; WEGEN, Herman B. R. van. *Arquitetura sob olhar do usuário*. São Paulo: Oficina de Textos, 2013.

WAUGH, Evelyn Arthur St. John. Ninety-two days: the account of a tropical journey-through british Guiana and part of Brazil. In: *CENTRO DE INFORMAÇÃO DA DIO-CESE DE RORAIMA (CIDR)*. Boletim nº. 12. Boa Vista, 2 de julho de 1986, p. 1-47.

XAUD, Omar. *Arquitetos pioneiros de Roraima*. Entrevista concedida a Angélica Triani e Ohana Pereira. Boa Vista, 26 de dezembro de 2017. Digital de duração de 02h e 23min.

ZEVI, Bruno. *Saber ver a arquitetura*. Tradução Maria Isabel Gaspar, Gaëtan Martins de Oliveira. 6. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.